



RELATO DE EXPERIÊNCIA*

**NARRATIVAS INDÍGENAS EM PRIMEIRO PLANO: CAMINHOS E
EXPERIÊNCIAS POSSÍVEIS SOBRE A PRÁTICA DE ENSINO DA NOVA
HISTÓRIA INDÍGENA NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Tâmara Neiva Costa Manrique*

Resumo:

O presente relato apresenta as experiências alcançadas através da abordagem da temática indígena nas aulas de História a partir do estudo de caso em turma da 1^a série do ensino médio. As atividades desenvolvidas aconteceram na rede privada da cidade de Senador Canedo, e este trabalho é o resultado propositivo final da 3^a edição do Curso de História e Culturas Indígenas ofertado pelo Curso de História – Campus Sudoeste: sede Quirinópolis – da Universidade Estadual de Goiás (UEG), que tem por objetivo a formação de professores quanto aos conhecimentos relacionados a história e culturas dos povos originários, em especial, do Brasil Central.

Palavras-chaves: Povos Indígenas do Brasil; Ensino de Nova História Indígena; Interculturalidade Crítica; Decolonialismo.

***Licenciada em História pela Universidade Federal de Goiás (2013) e Especialista em História e Cultura Afro-Brasileira e Africana pela mesma instituição (2016). Mestranda do programa ProfHistória (Mestrado Profissional em Ensino de História) pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Atua como docente de História para Ensino Médio e Ensino Fundamental II da rede privada em Senador Canedo /GO. E-mail: tamara_neiva_manrique@discente.ufg.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6695599599574640>.

* PRODUZIDO NO ÂMBITO DO CURSO DE FORMAÇÃO PARA PROFESSORES EM HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA – 3^a ED. REALIZADO PELO GRUPO DE TRABALHO EM HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENAS DA ANPUH-GO E UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS. DE 20 DE AGOSTO A 12 DE NOVEMBRO DE 2022.



RELATO DE EXPERIÊNCIA*

Introdução:

São vários os esforços acionados pelas comunidades indígenas e, também, de seus aliados quanto a superação da persistente situação de opressão e tentativa de extermínio que vivem os povos originários desta terra que hoje se entende como Brasil: desde a chegada do europeu até a contemporaneidade, os indígenas foram aferidos a partir da lógica binomial do pensamento cristão ocidental [céu e inferno; primitivo e civilizado; natureza e cultura] (QUIJANO, 2005). O colonialismo europeu, a fim de justificar a exploração material e humana de territórios além do seu, em especial, no referido caso que buscamos alcançar, da América, lançou mão de argumentos baseados no critério de *raça* e *modernidade* galgados na lógica universalizante das ciências europeias.

A História, assim como os campos científicos estruturados, durante a modernidade europeia, sobretudo pelo iluminismo (QUIJANO, 2005), igualmente fez uso da categoria de raça para tratar aquele que seria o “outro” de acordo com o mundo europeu a fim de justificar laços de dominação. Lembrando que o marco fundador da História, segundo o discernimento europeu, volta-se ao surgimento da escrita, logo, sem muita demora, as sociedades com as quais teve contato ultramarino, preponderantemente orais, foram consideradas *ahistóricas* por se tratarem de povos muitas vezes ágrafos.

A historiografia brasileira, cujo marco fundador remonta à origem do Instituto Historiográfico Brasileiro (IHGB) em 1834, sendo este vincado a uma tradição elitista e ao cânone ocidental (GUIMARÃES, 1988), não irá deixar escapar ao exemplo europeu: colocará em despojo de inteligência e protagonismo histórico todo e qualquer grupo social destoante da Europa, dentre os quais, os indígenas, subalternizando suas narrativas e epistemologias a partir da lógica de racionalidade científica europeia. Vem, portanto, deste campo historiográfico aquilo que de maneira corriqueira se chama de “história oficial” e que alicerça o projeto de Estado-Nação brasileiro (GUIMARÃES, 1988). Assim sendo, fica patente que os anseios de identidade nacional perfilados pelo IHGB em sua origem não correspondem à diversidade sociocultural daqueles que vivem e viveram no Brasil, muito embora esta consciência da

* PRODUZIDO NO ÂMBITO DO CURSO DE FORMAÇÃO PARA PROFESSORES EM HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA – 3^a ED. REALIZADO PELO GRUPO DE TRABALHO EM HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENAS DA ANPUH-GO E UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS. DE 20 DE AGOSTO A 12 DE NOVEMBRO DE 2022.



RELATO DE EXPERIÊNCIA*

parcialidade da historiografia oficial não esteja presente no imaginário coletivo da população e, também, nas salas de aula da educação básica.

Não por acaso, a imagem apresentada sobre as sociedades indígenas na Educação Básica, em especial, no currículo de História, encontra-se extremamente ligada a esta tradição historiográfica que tem como marca aquilo que Mauro Cesar Coelho (2019) chama de *paradigma da exclusão*. O autor denuncia que “a narrativa que nos vem orientando, conformou-se uma versão para a nossa origem e para o desenho de nossa identidade que tem a exclusão como marca. Ela assume a Europa em dupla acepção – como lugar da origem e como perspectiva” (CUNHA *apud* COELHO, 2019). Tal diagnóstico nos direciona, portanto, ao imperativo compromisso ético e político-pedagógico enquanto professoras e professores de História ao verificarmos que “tal (in)compreensão sobre a temática [indígena na abordagem escolar] foi e continua sendo empregada para que as lógicas de apropriação e exploração das terras indígenas possam ser legitimadas” (CARNELLI, RAMOS E OLIVEIRA, 2018).

A fim de superar visões folclorizadas sobre os indígenas ainda persistentes na perspectiva histórica escolar e que em muito influem sobre a compreensão que a população possui a respeito dos povos originários – entendendo, neste contexto, a escola como *locus* privilegiado de (trans)formação da sociedade – é de excepcional importância a mobilização coletiva de professores de História da Educação Básica que busquem meios de romper com o silenciamento das sociedades indígenas na sua agência histórica e social. Para tanto, faz-se necessário retomar o protagonismo dos povos originários através da valorização intelectual de suas epistemologias e narrativas, deslocar o prisma interpretativo da História do colonizador para o colonizado e, com isso, oportunizar aos alunos reflexões críticas sobre diferentes acepções sobre o passado. Em suma: sobrepujar a temática indígena do plano de fundo das aulas de História.

No ensejo de transpor as deformações históricas impostas aos indígenas e, mais ainda, em atender as demandas apresentadas pela luta e mobilização dos povos originários na contemporaneidade, o presente relato apresentará as experiências obtidas na abordagem da temática indígena nas aulas de História em turmas da 1^a série do ensino médio. As aulas aconteceram em escola da rede privada da cidade de Senador Canedo entre os meses de outubro

* PRODUZIDO NO ÂMBITO DO CURSO DE FORMAÇÃO PARA PROFESSORES EM HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA – 3^a ED. REALIZADO PELO GRUPO DE TRABALHO EM HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENAS DA ANPUH-GO E UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS. DE 20 DE AGOSTO A 12 DE NOVEMBRO DE 2022.



RELATO DE EXPERIÊNCIA*

e novembro de 2022 e tem como principal escopo o direcionamento dos eixos temáticos por meio do protagonismo indígena. A partir do debate das narrativas produzidas pelos alunos, levantaremos reflexões críticas dos resultados alcançados, dos aspectos proveitosos e das remodelagens necessárias ao tratamento dos povos originários no ensino de História. Buscamos contribuir, desta maneira, com possíveis caminhos e metodologias a respeito do ensino de história indígena em diálogo com a luta dos povos originários, tanto no combate ao racismo e preconceito que cotidianamente sofrem, como no reconhecimento de seus direitos e garantia de acesso aos seus territórios e a dignidade de existência.

Desenvolvimento:

O protagonismo dos povos originários é uma das principais reivindicações dessas sociedades na contemporaneidade. No início dos anos 80, o intelectual indígena boliviano Ramiro Reynaga Wankar já nos alertava: “os brancos, ao porem um obstáculo no nosso caminho pára o passado, bloqueiam nosso caminho para o futuro” (WANKAR *apud* MONTEIRO, 1999). A esse respeito, é importante destacar que a ação docente quanto à abordagem da temática indígena na contemporaneidade deve atuar em confluência com as demandas e desafios dos próprios povos indígenas no tempo presente.

Ao que se refere ao ensino de história indígena – a fim de não incorrermos a contradição de utilizar o instrumental ocidental como referencial reflexivo sobre os povos originários – entendemos que o protagonismo a ser catalisado nas aulas não merece estar restrito à análise dos eventos no tempo, e que deva se aliar com um conjunto de práticas e ações didáticas que partam dos conhecimentos indígenas, e com eles dialoguem no âmbito das estratégias pedagógicas. Por esse motivo, tanto nos planejamentos quanto nas abordagens em sala de aula, buscamos na medida do possível atuar em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso de Educação Intercultural Indígena (CEEI) do Núcleo Takinahakŷ de Formação Superior Indígena (NTFSI) da Universidade Federal de Goiás (UFG), que é voltado a formação de professores indígenas que, por sua vez, pensam e elaboram práticas pedagógicas a partir de seus próprios conhecimentos e realidades.

* PRODUZIDO NO ÂMBITO DO CURSO DE FORMAÇÃO PARA PROFESSORES EM HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA – 3^a ED. REALIZADO PELO GRUPO DE TRABALHO EM HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENAS DA ANPUH-GO E UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS. DE 20 DE AGOSTO A 12 DE NOVEMBRO DE 2022.



RELATO DE EXPERIÊNCIA*

O CEEI atua a partir de alguns princípios basilares, tais como: o da *interculturalidade crítica*, que prevê a troca e incorporação equânime de saberes, rompendo com a lógica universal e hierarquizante das ciências ocidentais (BRINGMANN e GOTTERT, 2021); o dos *temas contextuais*, que prima pensar os processos de ensino e aprendizagem a partir das “emoções, as experiências e os planos comunitários, assim como os processos próprios de aquisição de conhecimentos” (SILVA, 2016); o da *educação dialógica*, cuja abordagem volta-se a formulação da consciência crítica dos indivíduos a partir da seleção de temas que partam das experiências e repertório dos discentes (FREIRE *apud* GOMES e GUERRA, 2020); e do *decolonialismo*, que desloca a interpretação dos fenômenos humanos do olhar hegemônico do colonizador para o colonizado, ressaltando as estratégias de resistência das sociedades atingidas pela dominação colonial.

Utilizaremos, também, enquanto seleção historiográfica, subterfúgio nos recursos acionados pela *Nova História Indígena*, cujos recursos de análise permeiam os campos da história, antropologia e demais ciências auxiliares, valendo-se de narrativas vinculadas a tradição oral e, principalmente, atende a “compreensão ou a representação que os povos indígenas fazem sobre a sua própria história ou sobre as suas categorias de tempo, a rigor sobre suas historicidades” (CAVALCANTE, 2011).

Buscamos, portanto, através de tais categorias e recursos metodológicos, sobrepujar a temática indígena do plano de fundo das aulas de História, amparando-nos na autoria e no discernimento que os próprios povos originários possuem de suas próprias realidades e história. Para tal, foi elaborado um plano de curso intitulado *Narrativas indígenas sobre os primeiros contatos*. Com total de cinco aulas, o planejamento buscou abordar, em um primeiro momento, o discernimento que os povos originários possuem sobre a chegada dos europeus e, seguidamente, o entendimento que possuem sobre sua própria organização e diversidade sociocultural. Foram utilizados enquanto recursos didáticos, o primeiro episódio – intitulado *As Guerras da Conquista* – do documentário “Guerras do Brasil”, que trata a chegada dos portugueses a partir da perspectiva indígena, tendo contido nele relatos de lideranças indígenas da contemporaneidade tal como Ailton Krenak e Sônia Guajajara; e a introdução e o primeiro

* PRODUZIDO NO ÂMBITO DO CURSO DE FORMAÇÃO PARA PROFESSORES EM HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA – 3^a ED. REALIZADO PELO GRUPO DE TRABALHO EM HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENAS DA ANPUH-GO E UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS. DE 20 DE AGOSTO A 12 DE NOVEMBRO DE 2022.



RELATO DE EXPERIÊNCIA*

capítulo – *Quem são e quantos são os índios no Brasil* – do livro “O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje” de Gersem Baniwa.

A partir da seleção de recursos didáticos, traçamos os seguintes objetivos: analisar, a partir dos princípios da interculturalidade crítica e dos temas contextuais, a narrativa indígena sobre os primeiros contatos com os brancos em contraposição à perspectiva da chamada “história oficial” que permeia o imaginário coletivo da sociedade brasileira, e que também corriqueiramente se aprende na escola e nas próprias aulas de História; problematizar, a partir do enfoque da decolonialidade, os silenciamentos produzidos a respeito dos povos originários desta terra; contribuir para o protagonismo indígena interpretação sobre o passado; valorizar e aprender com suas epistemologias e cultura; restituir-lhes o protagonismo histórico de forma a ressaltar o conhecimento, capacidade de luta, articulação, resistência e resiliência diante das adversidades impostas pelo contato com os não indígenas.

No primeiro momento das aulas, realizamos roda de conversas a fim de levantar do conhecimento prévio dos discentes a respeito dos povos originários. Fizemos leitura compartilhada do conteúdo proposto do livro e assistimos ao documentário em sala. Também foram realizados debates em que os alunos tiveram a oportunidade de debater os conteúdos acessados. Como avaliação final, foram convidados a realizar atividade escrita nas quais puderam expressar suas considerações sobre os temas apreendidos. Serão a partir das narrativas escritas produzidas através da atividade mencionada que incidirá análise e o levantamento dos resultados obtidos a partir do planejamento executado.

Resultados:

Através do conteúdo apresentado, o documentário *Guerras do Brasil* e do livro *O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas de hoje*, os alunos da turma de 1ª série do ensino médio, nas quais o planejamento foi aplicado, foram convidados a realizar uma atividade escrita na qual deveriam responder as questões levantadas a partir dos temas abordados. As perguntas direcionadas aos discentes conduziram a intenção de proporcionar exercício crítico-reflexivo aos alunos. Foi pedido que fizessem um levantamento comparativo,

* PRODUZIDO NO ÂMBITO DO CURSO DE FORMAÇÃO PARA PROFESSORES EM HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA – 3ª ED. REALIZADO PELO GRUPO DE TRABALHO EM HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENAS DA ANPUH-GO E UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS. DE 20 DE AGOSTO A 12 DE NOVEMBRO DE 2022.



RELATO DE EXPERIÊNCIA*

traçando um paralelo quanto as impressões que a sociedade não indígena [e eles próprios, os alunos] tem sobre os povos originários em contraposição as interpretações e narrativas descritas pelas lideranças indígenas tanto no livro quanto no documentário.

Os alunos formularam, a partir do exposto, suas impressões sobre os povos originários em oposição àquelas que os indígenas apresentaram sobre si mesmos. Em sua grande maioria, os discentes disseram acreditar que eram povos sem cultura, que viviam distante da nossa realidade. Uma das alunas em seu relato diz: “minha impressão sobre os povos indígenas é a imagem que me passaram”. Acrescenta que, segundo o que lhe foi ensinado, entendia que eram povos sem grande complexidade, que viviam em volta da fogueira e que invadiam terrenos, o que, segundo ela no final de sua resposta, diz ser “uma verdade mal contada”. Outro aspecto que salta aos olhos nos relatos diz respeito a quantidade de vezes que os indígenas foram mencionados a partir da noção de escravidão e da indolência, por terem sido, segundo uma das interpretações expressas, sido “roubados e enganados por ingenuidade” ou, segundo outra justificativa, por serem um “povo inocente e livre, que vivia da maneira que queria”.

Somente uma entre as 28 respostas fez menção a questão por demarcação de terras na contemporaneidade: “a principal dificuldade que os índios sofrem atualmente é a demarcação de suas terras”. Tais falas destacam, por sua vez, o grau de simplificação que perfila a compreensão dos alunos sobre os povos originários, e também como quase sempre são pensados no passado: ora em vias de desaparecimento, em isolamento da sociedade envolvente, ou a partir do prisma e protagonismo do colonizador branco. Por outro lado, quando questionados sobre o que a leitura e o documentário lhes havia proporcionado de novo a respeito das sociedades indígenas, as perspectivas apresentadas soaram mais “otimistas”, por assim dizer. É possível notar, por exemplo, que os alunos foram capazes de apreender a partir das narrativas indígenas aspectos de resistência e resiliência das comunidades mesmo com as diversas tentativas de extermínio que os povos originários sofreram a partir do processo colonial. Ressaltaram, inclusive, a prevalecente diversidade destas sociedades diante tamanha opressão impingida pelos brancos ao longo dos séculos: “é grande a diversidade entre os povos indígenas mesmo depois de todo massacre que sofreram aos longos dos séculos. O imaginário social inferioriza, generaliza e fantasia a imagem dos povos indígenas”.

* PRODUZIDO NO ÂMBITO DO CURSO DE FORMAÇÃO PARA PROFESSORES EM HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA – 3^a ED. REALIZADO PELO GRUPO DE TRABALHO EM HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENAS DA ANPUH-GO E UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS. DE 20 DE AGOSTO A 12 DE NOVEMBRO DE 2022.



RELATO DE EXPERIÊNCIA*

Seguindo esta mesma linha de raciocínio, tantas outras falas coadunam com a ideia de que a sociedade não indígena formula sobre os povos originários imagens distorcidas sobre os mesmos: “a visão eurocêntrica sobre os povos originários, imposta desde a época colonial, continua enraizada nos dias de hoje, desde narrativas fantasiosas e questionamentos sobre os espaços [que ocupam] na sociedade”. Outros dois elementos persistentes entre as respostas dos alunos que chamam atenção voltam-se a diversidade da organização sociocultural entre os povos indígenas e, o outro, a respeito da capacidade de adaptação dos povos originários às conjunturas e novos contextos a partir do contato com os brancos. Em todos os casos em que os alunos apontaram tais questões, afirmaram não tomar conhecimento da complexidade da situação antes de acessar os conteúdos das aulas.

Mais adiante, quando as reflexões encaminharam para a compreensão de que os indígenas possuem de si mesmos, de forma majoritária os alunos concordaram que aquela formulada pelo pensamento ocidental não corresponde à realidade dos povos originários: “os povos indígenas tem compreensão de que são um povo com cultura e crenças, que merecem respeito. São os não indígenas quem pensam que eles são selvagens”. Já outra aluna justifica que “a visão que possuímos como não indígenas vem de uma narrativa colonialista e hegemônica” e, mais adiante em sua resposta, cita que muito lhe impactou a frase de Ailton Krenak no documentário ao dizer que “o Brasil é uma ‘invenção’ que nasceu a partir de uma invasão”.

Por fim, foi perguntado aos alunos o que eles consideravam ser os maiores desafios dos povos indígenas na contemporaneidade, e quais possíveis colaborações e apoio as sociedades não indígenas podem prestar aos indígenas. As respostas foram profícias e permearam diversos campos de reflexão, tais como a necessidade do maior protagonismo indígena na história, de forma que apresentem suas versões dos fatos, uma vez que, segundo um dos discentes, “só vemos os europeus colonizando a América”. Vários também denunciaram a situação de preconceito como o maior problema, tal como em: “digamos que o preconceito com os povos indígenas é o principal problema. Muitas vezes pode parecer preconceito indireto [velado], mas acaba ferindo as origens deles (tipo pintar o rosto na escola, fazer barulho com a boca).” Outros pontos abordados, mas com menor ênfase, dizem respeito ao direito a demarcação de seus

* PRODUZIDO NO ÂMBITO DO CURSO DE FORMAÇÃO PARA PROFESSORES EM HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA – 3^a ED. REALIZADO PELO GRUPO DE TRABALHO EM HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENAS DA ANPUH-GO E UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS. DE 20 DE AGOSTO A 12 DE NOVEMBRO DE 2022.



RELATO DE EXPERIÊNCIA*

territórios e a dificuldade, segundo os dizeres do aluno, de “manter suas tradições e costumes em meio a uma sociedade que considera indígenas povos retrógrados e ultrapassados”.

Quanto às contribuições dos não indígenas, a maioria dos alunos defenderam a elaboração de leis que combatam a discriminação sobre os povos originários e ações que visem promover educação da população não indígena a respeito da diversidade e complexidade destas sociedades como estratégia de superação dos preconceitos e opressão aos quais foram submetidos a partir do advento da colonização. Também foi mencionada a superação do conflito de terras como contributo da sociedade envolvente a melhoria da qualidade de vida dos povos originários. Segundo um dos discentes, os não indígenas podem colaborar “parando de roubar as terras e se atualizando sobre a cultura indígena”. Ainda assim, de forma predominante, os argumentos articulados sobre a superação dos desafios vivenciados pelos indígenas na contemporaneidade se direcionaram, segundo argumentação dos alunos, ao melhor entendimento de suas complexas realidades. Segundo uma delas é necessário “estudar e proliferar o estado de opressão dos indígenas, estudar seus costumes e crenças para combater o preconceito. Acho que é isso, o conhecimento salva”.

Conclusão:

A forma como os indígenas são apresentados pelos livros didáticos ainda remete a noções cristalizadas e folclorizadas dos povos originários como sociedades desprovidas de intelectualidade e capacidade interpretativa, inaptas a constituir sentido sobre a própria história. Quando muito, algum mito cosmogônico surge como texto complementar em algum capítulo, mas sem grande fundamentação de ideia ou qualquer traço de intenção quanto à valorização e produção intelectual da etnia contemplada. A própria Base Comum Curricular não aprofunda o debate sobre a valorização das narrativas históricas produzidas pelos indígenas, recorrendo a citações superficiais e genéricas como: “(EM13CHS101) Analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão e à crítica de ideias filosóficas e processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais”, ou “(EM13CHS204) Comparar e avaliar os processos de ocupação do

* PRODUZIDO NO ÂMBITO DO CURSO DE FORMAÇÃO PARA PROFESSORES EM HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA – 3^a ED. REALIZADO PELO GRUPO DE TRABALHO EM HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENAS DA ANPUH-GO E UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS. DE 20 DE AGOSTO A 12 DE NOVEMBRO DE 2022.



RELATO DE EXPERIÊNCIA*

espaço e a formação de territórios, territorialidades e fronteiras, identificando o papel de diferentes agentes (como grupos sociais e culturais, impérios, Estados Nacionais e organismos internacionais) e considerando os conflitos populacionais (internos e externos), a diversidade étnico-cultural e as características socioeconômicas, políticas e tecnológicas”. (BNCC, 2017).

Destacar o protagonismo dos povos indígenas através da elaboração de suas próprias narrativas e formulações sobre o tempo, história e memória, é respeitar o imperativo intelectual deles que nunca foi perdido, somente silenciado. A esse respeito, Edson Kaiapó contribui com a seguinte reflexão:

Entender e ensinar sobre a racionalidade da organização dos povos indígenas em seus territórios e em seus cotidianos é importante para que os alunos percebam que o próprio processo de desestruturação social dos povos indígenas está relacionado a um projeto maior de desenvolvimento que tem posto em risco não apenas a vida dos povos indígenas, mas da humanidade e de todas as formas de vida. Ao mesmo tempo, o debate nesta perspectiva pode contribuir de forma efetiva para a constatação de que, apesar de organizarem suas existências em outras lógicas, trata-se de povos de carne e osso, não mais idealizados como personagens de ficção romântica do passado (KAIAPÓ, 2014).

Devemos situar os povos indígenas enquanto sujeitos históricos neste e em outros tempos, privilegiando suas próprias narrativas. Conforme os resultados apresentados pela execução do planejamento *Narrativas indígenas sobre os primeiros contatos*, a Nova História Indígena, associada aos princípios da *interculturalidade crítica*, dos *temas contextuais*, da *educação dialógica* e do *decolonialismo*, engendram recursos fundamentais e necessários para abordagem dos povos originários nas aulas de História. A partir destes recursos e, principalmente, por meio do protagonismo e agência indígena, os discentes foram capazes de formular reflexões críticas e autônomas sobre o despojo intelectual e material que sofreram os indígenas por meio do contato com o branco, produzindo interpretações disruptivas em relação aquelas formuladas pela lógica hegemônica do pensamento ocidental, sobretudo, pela História. A esse respeito, Peter Gow (2006) nos alerta sobre a importância de pensar a história indígena

* PRODUZIDO NO ÂMBITO DO CURSO DE FORMAÇÃO PARA PROFESSORES EM HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA – 3^a ED. REALIZADO PELO GRUPO DE TRABALHO EM HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENAS DA ANPUH-GO E UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS. DE 20 DE AGOSTO A 12 DE NOVEMBRO DE 2022.



RELATO DE EXPERIÊNCIA*

não pelos referenciais historiográficos alicerçado pela ciência ocidental, mas sim de dentro da cultura dos povos originários:

A constante evocação do passado nas vidas dos nativos deve ser referida a seus próprios valores. Para as pessoas nativas, a história é o parentesco. A história não é experimentada como uma força que vem de fora para corromper uma estrutura atemporal de deveres e obrigações de parentesco. As relações de parentesco são criadas e dissolvidas no tempo histórico que confere significados e influências para os nativos ao serem estruturadas pelas relações de parentesco. Este é um fato de extrema importância, pois desafia a visão dominante dos povos nativos amazônicos como historicamente impotentes. Este estudo procura mostrar que os *povos nativos amazônicos são agentes históricos ativos e que para entender sua agência precisamos compreender os significados culturais de suas ações, tanto agora quanto no passado* (GOW, 2006).

Ainda que o autor se volte às sociedades amazônicas, os pressupostos por ele lançados contemplam os povos originários em sua diversidade. A esse respeito cabe, portanto, à comunidade escolar o compromisso didático-político de valorizar nas sociedades nativas sua agência histórica e social, de promover a descolonização epistemológica e de sobrepujar a temática indígena como mero plano de fundo das aulas de História. A rearticulação da História Indígena na Educação Básica tem caráter urgente e necessário para que se possa debater sobre a desestruturação social indicada por Kaiapó. O imperativo —que se faz presente diante de tais situações denunciadas e problematizadas —diz respeito à inserção da intelectualidade indígena dentro da educação escolar, questão esta que extrapola e muito os limites da sala de aula, repercutindo na sociedade.

Referências Bibliográficas:

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRINGMANN, Sandor Fernando; GÖTTERT, Marjorie Edyaner dos Santos. O ensino de história indígena através de narrativas indígenas: reflexões a partir da interculturalidade

* PRODUZIDO NO ÂMBITO DO CURSO DE FORMAÇÃO PARA PROFESSORES EM HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA – 3^a ED. REALIZADO PELO GRUPO DE TRABALHO EM HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENAS DA ANPUH-GO E UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS. DE 20 DE AGOSTO A 12 DE NOVEMBRO DE 2022.



RELATO DE EXPERIÊNCIA*

crítica e da decolonialidade. **Sobre Tudo**, v. 12, n. 1, p. 55-90, 2021.

CAVALCANTE, T. L. V. Etno-história e história indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da Pesquisa. **História**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 349-371, jan./jun. 2011.

CAVALCANTE, T. L. Terra Indígena: aspectos históricos da construção e aplicação de um conceito jurídico. **História (São Paulo)** v.35, e75, 2016 ISSN 1980-4369.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. No Brasil, todo mundo é índio, exceto quem não é. Entrevista. In: RICARDO, Beto; RICARDO, Fany. **Povos indígenas do Brasil: 2001-2005**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006. p. 41-49.

COELHO, Mauro Cezar. A História Indígena no Ensino de História: princípios, desafio e perspectivas. In.: Coleção história do tempo presente : volume 1 / Tiago Siqueira Reis et al. organizadores. – Boa Vista : Editora da UFRR, 2019.

Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no campo**. Brasil. Goiânia: CPT, 2021.

CUNHA, Manuela Carneiro da. (org.). Política Indigenista no Século XIX. In: **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. O Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro. n. 1, 1988. p. 5-7.

GOMES, Cláudia Suely Ferreira. GUERRA, Maria das Graças. In: Educação dialógica: a perspectiva de Paulo Freire para o mundo da educação. **Rev. Ed. Popular**, Uberlândia, v. 19, n. 3, p. 4-15, set.-dez. 2020.

* PRODUZIDO NO ÂMBITO DO CURSO DE FORMAÇÃO PARA PROFESSORES EM HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA – 3^a ED. REALIZADO PELO GRUPO DE TRABALHO EM HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENAS DA ANPUH-GO E UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS. DE 20 DE AGOSTO A 12 DE NOVEMBRO DE 2022.



RELATO DE EXPERIÊNCIA*

GOW, Peter. **Da etnografia à História:** “Introdução” e “Conclusão” de Of Mixed Blood: Kinship and History in Peruvian Amazônia. In: cadernos de campo, São Paulo, n. 14/15, p. 1-382, 2006.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **Índio Brasileiro:** o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

MONTEIRO, Jonh M. **Tupis, Tapuias e Historiadores.** Estudos de História Indígena e do Indigenismo. Tese apresentada para o Curso de Livre Docência. Área Etnologia, Subárea História Indígena e do Indigenismo. IFHC-Unicamp. Campinas, 2001.

MONTEIRO, John M. Armas e Armadilhas. História e resistência dos índios. In: NOVAES, Adalto (org). A outra margem do Ocidente. Companhia das Letras. São Paulo, 1999.

KAYAPÓ, E.; BRITO, T. A pluralidade étnico-cultural indígena no Brasil: o que a escola tem a ver com isso? **Mneme - Revista de Humanidades**, v. 15, n. 35, p. 38-68, 17 out. 2015.

MUNDURUKU, Daniel. Educação indígena: do corpo, da mente e do espírito. **Revista Múltiplas Leituras**, v. 2, n. 1, p. 21-29, jan./jun, 2009.

NAZARENO, E.; ARAÚJO, O. C. G. Reflexões em torno do tema contextual “Etnicidade e diversidade cultural”. **Revista Articulando e construindo saberes**. Goiânia: v. 2, n. 1, 2017.

NAZARENO, E. História, tempo e lugar entre o povo indígena Bero Biawa Mahãdu (Javaé): a partir da interculturalidade crítica, da decolonialidade e do enfoque enactivo. In: OLIVEIRA, M. J. (org.). **Direitos humanos e pluriversalidade:** conexões temáticas. 1. ed. Curitiba: Editora Prismas Ltda, 2017. p. 85-118.

* PRODUZIDO NO ÂMBITO DO CURSO DE FORMAÇÃO PARA PROFESSORES EM HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA – 3^a ED. REALIZADO PELO GRUPO DE TRABALHO EM HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENAS DA ANPUH-GO E UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS. DE 20 DE AGOSTO A 12 DE NOVEMBRO DE 2022.



RELATO DE EXPERIÊNCIA*

NAZARENO, E. Interculturalidade e práticas pedagógicas contextualizadas: uma perspectiva de-colonial para a formação de professores/as indígenas. In: **Educação Intercultural:** experiências e desafios políticos pedagógicos (p.113-131). Goiânia: out. 2013.

NAZARENO, E. Tempo, lugar e corpo: produção de conhecimentos desde a experiência no Curso de Educação Intercultural Indígena da Universidade Federal de Goiás – UFG. In: **Formação e aprendizagem:** caminhos e desafios a pesquisa em Educação Histórica e Ensino de História. Maria Auxiliadora Moreira dos Santos Schmidt, Maria da Conceição Silva e Marlene Cainelli (Orgs.).

PUNTONI, Pedro Luís. **GUERRAS DO BRASIL.** Documentário. Luiz BolognesiLaís Bodanzky. Brasil: Buriti Filmes. 2019.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, Anibal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad-racionalidad. In: BONÍLIA, Heraclio (Orgs.). **Los conquistados: 1492 y la población indígena de las Américas.** Bogotá: Tercer Mundo Editores, 1992.

SANTOS, Boa Ventura de Sousa. Para Além do Pensamento Abissal: das linhas globais a ecologia de saberes. In: **Epistemologias do Sul.** Boa Ventura de Sousa Santos, Maria Paula de Meneses (Orgs.). Coimbra: Janeiro, 2009.

SILVA, Luciana Leite da. **Aprendizagem Histórica intercultural a partir dos contextos educacionais indígenas e não indígenas.** 2019.

SILVA, Maria do Socorro Pimentel Silva. **Possíveis caminhos para a autonomia da**

* PRODUZIDO NO ÂMBITO DO CURSO DE FORMAÇÃO PARA PROFESSORES EM HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA – 3^a ED. REALIZADO PELO GRUPO DE TRABALHO EM HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENAS DA ANPUH-GO E UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS. DE 20 DE AGOSTO A 12 DE NOVEMBRO DE 2022.



RELATO DE EXPERIÊNCIA*

educação escolar indígena. In: Maria do Socorro Pimentel da Silva, Maria de Lurdes Nazário, Ema Marta Dunk – Cintra (orgs.). - Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2016.

WALSH, Catherine. Interculturalidad, colonialidad y educación. **Revista Educación y Pedagogía**, Medellín, Universidad de Antioquia, Facultad de Educación, vol. XIX, n. 48, 2007, p. 25-35.

* PRODUZIDO NO ÂMBITO DO CURSO DE FORMAÇÃO PARA PROFESSORES EM HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA – 3^a ED. REALIZADO PELO GRUPO DE TRABALHO EM HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENAS DA ANPUH-GO E UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS. DE 20 DE AGOSTO A 12 DE NOVEMBRO DE 2022.